

# UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

## CONCURSO PÚBLICO TÉCNICO ADMINISTRATIVO – 2019

### Prova Nível Médio: NM45

### TÉCNICO EM CONTABILIDADE

Data: 15/09/2019

Tempo de realização da prova: 4 (quatro) horas

#### Leia com atenção as instruções

Você recebeu do Aplicador de Sala:

- Um Caderno de Questões contendo 45 (quarenta e cinco) questões objetivas, sendo 10 (dez) de Língua Portuguesa, 10 (dez) de Legislação e 25 (vinte e cinco) de Conhecimentos Específicos do Cargo e CARTÃO-RESPOSTA personalizado para a prova.
- É de sua inteira responsabilidade certificar-se que seu nome corresponde ao que está impresso no CARTÃO-RESPOSTA. Assine o CARTÃO-RESPOSTA assim que recebê-lo do Aplicador de Sala.
- Transcreva suas respostas para o Cartão-Resposta preenchendo todo o círculo. Após o preenchimento não será possível fazer qualquer alteração no CARTÃO-RESPOSTA, pois, se assim o fizer, a questão será considerada nula.
- Não rasure, não amasse, não dobre e/ou rasgue o CARTÃO-RESPOSTA.
- Utilize apenas caneta esferográfica de cor azul ou preta, com ponta grossa, para assinalar suas respostas no CARTÃO-RESPOSTA.

Assinale assim: ●

- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer a prova. Faça-a com tranquilidade e controle o seu tempo pelo MARCADOR DE TEMPO afixado no Quadro à sua frente. Esse tempo inclui as respostas assinaladas no CARTÃO-RESPOSTA.
- Somente depois de decorridos 90 (noventa) minutos do início das provas, você poderá retirar-se da sala de prova, entregando OBRIGATORIAMENTE, ao Aplicador de Sala, o CADERNO DE QUESTÕES e o CARTÃO-RESPOSTA.
- Verifique se assinou o CARTÃO-RESPOSTA antes de entregá-lo ao Aplicador de Sala.
- Somente será permitido a você levar o Caderno de Questões, quando estiver faltando 30 (trinta minutos) para o término da prova.
- É terminantemente vedado copiar suas respostas assinaladas no CARTÃO-RESPOSTA.
- Os 3 (três) últimos candidatos só poderão deixar a sala SIMULTANEAMENTE e deverão assinar a Ata de Sala de Prova juntamente com a equipe de fiscalização do Centro de Aplicação.
- Os Aplicadores de Sala não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir sobre a alternativa correta.

NOME: \_\_\_\_\_

CIDADE DE PROVA: \_\_\_\_\_ LOCAL DE PROVA: \_\_\_\_\_



LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir, para responder às questões 01 a 03, elaboradas a partir dele:

Os anos de 1960 foram um período de grande tensão política no Brasil.

Em 1961, o presidente da República, Jânio Quadros, renuncia, declarando-se “vencido pela reação e por forças terríveis”. Os ministros militares, **ato contínuo**, declararam à Nação que o vice, João Goulart, o Jango, que se encontrava naquele momento na China Popular em visita oficial, não **poderá** tomar posse. O veto, conforme eles disseram ao presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili, era **sumário**.

A resistência ao golpe desperta o Rio Grande do Sul, onde o governador Leonel Brizola mobiliza o povo gaúcho e a Brigada Militar e cria o Movimento da Legalidade, ao qual se somam, mais tarde, os comandos e as forças militares do III Exército. Em todos os estados, menos no Rio Grande do Sul, patriotas são perseguidos e presos, jornais e emissoras de rádio são censurados. Intolerantes, os ministros militares ameaçam bombardear o palácio Piratini, sede do governo gaúcho. Tal ação, no entanto, é abortada pela ação corajosa de praças e sargentos da aeronáutica, que inutilizam os aviões da base aérea de Canoas. O governador Leonel Brizola faz um discurso memorável, que denuncia os planos dos ministros militares e informa que não arredará o pé do palácio. Diante da **iminência** de uma guerra civil, as elites políticas se reorganizam e criam a solução parlamentarista, monstrengo político-jurídico que o vice-presidente aceita como saída conciliatória para a crise.

AGUIAR, Ronaldo Conde. *Os Reis da voz*, p.86. Texto adaptado.

01. Observe as afirmativas a seguir, feitas sobre ideias constantes do texto:

- I. Os militares, ao proibirem o vice-presidente João Goulart de assumir o poder, mostraram-se verdadeiros amantes da pátria brasileira.
- II. A expressão “ato contínuo” (em destaque) significa “imediatamente”, “sem perda de tempo”.
- III. Da mesma forma, o vocábulo “sumário” (em destaque) significa algo que foi feito rapidamente e sem formalidades.
- IV. Em “O governador Leonel Brizola faz um discurso memorável, que denuncia os planos dos ministros militares”, o “que” precisa estar regido por preposição.
- V. O significado do vocábulo “iminência” é o de algo que sobressai em relação a outras coisas.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente as afirmativas I e IV estão corretas.
  - b) Somente as afirmativas II e IV estão corretas.
  - c) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.
  - d) Somente as afirmativas II e V estão corretas.
  - e) Somente as afirmativas III e V estão corretas.
02. O texto está quase totalmente escrito com os verbos no presente do indicativo, apesar de relatar acontecimentos passados. Entretanto, se o autor colocasse os verbos no tempo pretérito (tipo “A resistência ao golpe **despertou** o Rio Grande do Sul”), o verbo “poder” (em destaque no segundo parágrafo) teria de ser conjugado no:

- a) presente do subjuntivo.
- b) pretérito imperfeito do subjuntivo.
- c) mais-que-perfeito do indicativo.
- d) futuro do presente do indicativo.
- e) futuro do pretérito do indicativo.

03. Assinale a alternativa que contém palavras do texto que possuem ditongo:

- a) naquele – conciliatória – patriotas
- b) denuncia – jornais – resistência
- c) qual – João – perseguidos
- d) aviões – Canoas – bombardear
- e) palácio – declararam – jornais

04. Assinale a alternativa em que a divisão silábica de todas as palavras está **CORRETA**:

- a) ca-rrro – ins-tru-ir –su-bli-me
- b) le-em – psi-có-ti-co – sub-li-nhar
- c) pi-sci-na – su-ben-ten-di-do – vo-o
- d) pers-pi-caz – a-tmos-fe-ra – pro-i-bi-ção
- e) subs-tân-cia – caa-tin-ga – oc-ci-pi-tal

05. O Manual de Redação da Presidência da República estabelece normas para o uso de siglas e acrônimos. A esse respeito, leia as afirmativas a seguir:

- I. A sigla do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por possuir mais de três letras pronunciadas separadamente, deve ser escrita assim: IBGE.
- II. A sigla do Tribunal Regional Eleitoral, se posta no plural, deve ser escrita da seguinte maneira: TRE’s.
- III. Um exemplo de acrônimo temos em Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
- IV. A sigla da Agência Nacional de Aviação Civil deve ser escrita com todas as letras maiúsculas: ANAC.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Somente as afirmativas I e IV estão corretas.
- d) Somente as afirmativas II e IV estão corretas.
- e) Somente as afirmativas III e IV estão corretas.

06. Assinale a alternativa **CORRETA** a respeito de normas estabelecidas pelo Manual de Redação da Presidência da República para a expedição de documentos:

- a) Ainda que o documento tenha sido expedido no primeiro dia do mês, deve-se fazer uso da numeração cardinal.
- b) A correspondência dirigida a um Ministro de Estado não varia, ainda que o signatário seja do sexo feminino, inexistindo, portanto, a forma Ministra de Estado.
- c) O alinhamento do documento deve ser sempre na forma justificada do computador e o espaçamento entre as linhas é de 1,5.
- d) O fecho da comunicação, caso o destinatário seja autoridade de hierarquia superior à do remetente, deve ser “Atenciosamente”.
- e) O texto da data deve ser alinhado à direita, colocando-se o ponto-final depois do enunciado.

Leia o texto a seguir, reproduzido do romance *O Ateneu*, de Raul Pompeia, para responder à questão 07:

Havia no Ateneu, fora desta regra, alunos gratuitos, dóceis criaturas, escolhidas a dedo para o papel de complemento objetivo de caridade, tímidos como se os abatesse o peso do benefício, com todos os deveres, nenhum direito, nem mesmo o de não prestar para nada. Em retorno, os professores tinham obrigação de os fazer brilhar, porque caridade que não brilha é caridade em pura perda.

07. Os vocábulos **o** e **os**, em “como se os abatesse”, “nem mesmo o de não prestar para nada” e “de os fazer brilhar”, são, respectivamente:

- pronome oblíquo, pronome demonstrativo e pronome oblíquo.
- pronome demonstrativo, artigo e pronome oblíquo.
- pronome demonstrativo, pronome oblíquo e artigo.
- pronome oblíquo, artigo e pronome oblíquo.
- artigo, pronome oblíquo e pronome demonstrativo.

08. Assinale a alternativa que **NÃO** está correta quanto ao emprego de certas palavras ou expressões, as quais estão destacadas:

- O mundo só se conscientizou da importância do meio ambiente **há cerca de** cinquenta anos.
- É difícil para **mim** entender o mundo moderno, todo automatizado, com pessoas que não indagam o **porquê** das coisas.
- Afinal chegou a minha nomeação, momento **por que** tanto esperei.
- Não como carne de gado nem **tão pouco** carne de porco, **mas** apenas as chamadas carnes brancas.
- Não comprei **bastantes** legumes e frutas **porque** me faltou dinheiro.

09. Leia os enunciados a seguir, retirados (e adaptados) do livro *Cultura amazônica*, de João de Jesus Paes Loureiro (Escrituras Editora, 2001):

- Pelas margens dos rios, veem-se extensos e plásticos aningais, verdadeiros tapetes de aguapés flutuantes, ondeando ao movimento provocado pelas aves aquáticas e os cardumes de peixes (p. 127)
- A Cabanagem foi o movimento que representou a rebelião dos povos da Amazônia contra a dominação portuguesa, que mantinha o controle político e econômico da região, tendo uma duração que vai desde os inícios dos anos 1820, até, aproximadamente, 1840. (p. 78)
- Há uma afinidade entre o homem e natureza, que pode variar de intensidade, de lugar, de época, mas se constitui num vetor, que dimensiona essa relação. A identificação com a paisagem, propicia uma natural aderência física e moral à terra. (p. 139)
- Atribui-se ao Pássaro Junino a qualidade de ser uma espécie de resistência do caboclo. Segundo essa concepção, o Pássaro é uma

demonstração de reação da resistência da cultura indígena e negra ante a imposição do modelo europeu imposto à região. (p. 323)

- O poético e o mítico sempre apresentam constantes afinidades, o mito, muitas vezes, expressa a poética das coletividades humanas; o poético, por seu lado, mitifica as palavras e os sentimentos. (p. 76)

Quanto ao uso da pontuação, assinale a alternativa correta:

- Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- Somente as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- Somente as afirmativas I, III e V estão corretas.
- Somente as afirmativas II, III e V estão corretas.
- Somente as afirmativas II, IV e V estão corretas.

10. A palavra **se**, em “veem-se os extensos e plásticos aningais” (no enunciado I da questão anterior) e em “Atribui-se ao Pássaro Junino” (no enunciado IV), é, respectivamente:

- pronome apassivador e pronome apassivador.
- pronome apassivador e índice de indeterminação do sujeito.
- partícula expletiva ou de realce e parte integrante do verbo.
- índice de indeterminação do sujeito e parte integrante do verbo.
- índice de indeterminação do sujeito e pronome apassivador.

#### LEGISLAÇÃO

11. Antonieta, servidora pública federal aposentada, com 71 anos de idade, pretende retornar às suas atividades para o cargo de técnico-administrativo em educação na Universidade Federal do Amazonas. Diante disso, Antonieta deverá, de acordo com a Lei nº. 8.112/90:

- requerer sua reintegração.
- requerer sua recondução.
- requerer sua desaposentação.
- requerer sua reversão.
- nada requerer, em razão de sua idade.

12. Gabriela, servidora pública federal, praticou conduta sujeita a penalidade disciplinar. Conforme a Lei nº. 8.112/90, estará incurso nas seguintes penalidades disciplinares, **EXCETO**:

- destituição de função comissionada.
- destituição de cargo em comissão.
- destituição de cargo efetivo.
- advertência.
- demissão.

13. João, enquanto estudava para as provas do concurso público para provimento do Cargo de Servidor Técnico-Administrativo em Educação da UFAM, realizou a leitura da Lei nº. 8.112/90, na qual pôde observar que **NÃO** é forma de provimento de cargo público:

- a) reversão  
b) recondução  
c) reintegração  
d) ascensão  
e) aproveitamento
14. A respeito do provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição, nos termos da Lei nº. 8.112/90, é **CORRETO** afirmar que:
- a) a posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial. Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.  
b) são requisitos básicos para investidura em cargo público a nacionalidade ou naturalidade brasileira, o gozo dos direitos civis e políticos, a quitação com as obrigações militares, eleitorais e fiscais, o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, a idade mínima de dezoito anos e a aptidão física e mental.  
c) a investidura em cargo público far-se-á mediante ato da autoridade competente de cada Poder.  
d) a nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos apenas a ordem de classificação.  
e) o concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, improrrogáveis.
15. Com base na Lei nº. 8.112/90, sobre direitos e vantagens, analise as afirmativas, identificando com “V” as verdadeiras e com “F” as falsas, assinalando a seguir a alternativa **CORRETA**, na sequência de cima para baixo:
- ( ) Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.  
( ) Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.  
( ) O vencimento, a remuneração e o provento serão objeto de arresto, sequestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultante de decisão judicial.  
( ) As vantagens pecuniárias serão computadas para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.  
( ) O servidor perderá a remuneração do dia em que faltar ao serviço, sem motivo justificado.
- a) F – V – F – F – V  
b) F – F – V – V – V  
c) V – V – F – F – V  
d) V – V – V – F – V  
e) V – V – V – V – F
16. **NÃO** constituem indenizações ao servidor, conforme a Lei nº. 8.112/90:
- a) diárias  
b) ajuda de custo  
c) auxílio-saúde  
d) transporte  
e) auxílio-moradia

17. Sobre o Regime Disciplinar, conforme previsto na Lei nº. 8.112/90, seguem as assertivas:
- I. Ao servidor é proibido ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato.  
II. É vedada, sem exceções, a acumulação remunerada de cargos públicos.  
III. O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.  
IV. A demissão será aplicada somente nos casos de crime contra a administração pública, abandono de cargo e inassiduidade habitual.

Assinale a alternativa correta:

- a) Existe uma assertiva correta.  
b) Existem duas assertivas corretas.  
c) Existem três assertivas corretas.  
d) Existem quatro assertivas corretas.  
e) Nenhuma assertiva está correta.
18. Nos moldes da Lei nº. 8.429/1992, constitui ato de improbidade administrativa, que atenta contra os princípios da administração pública, qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições. Notadamente, as seguintes opções constituem ato desta forma de improbidade, **EXCETO**:
- a) deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação.  
b) negar publicidade aos atos oficiais.  
c) revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.  
d) celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.  
e) descumprir as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.
19. Segundo o Código de Ética Profissional do servidor público civil do Poder Executivo Federal, Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, são deveres fundamentais do servidor público, **EXCETO**:
- a) ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal.  
b) manter limpo e em perfeita ordem o local de trabalho, seguindo os métodos mais adequados à sua organização e distribuição.  
c) manter-se atualizado com as instruções, as normas de serviço e a legislação pertinentes ao órgão onde exerce suas funções.  
d) divulgar e informar a todos os integrantes da sua classe sobre a existência deste Código de Ética, estimulando o seu integral cumprimento.  
e) revelar, ao seu superior hierárquico imediato, fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições.

20. Sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, conforme previsto na Lei nº. 11.091/05, seguem as assertivas:

- I. Ambiente organizacional é área específica de atuação do servidor, integrada por atividades afins ou complementares, organizada a partir das necessidades institucionais e que orienta a política de desenvolvimento de pessoal.
- II. Usuários são pessoas ou coletividades internas ou externas à Instituição Federal de Ensino que usufruem direta ou indiretamente dos serviços por ela prestados.
- III. Nível de capacitação é o conjunto de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições.
- IV. Nível de classificação é posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de Vencimento, em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso.
- V. Cargo é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que são cometidas a um servidor.

Assinale a alternativa correta:

- a) Existe uma assertiva incorreta.
- b) Existem duas assertivas incorretas.
- c) Existem três assertivas incorretas.
- d) Existem quatro assertivas incorretas.
- e) Todas as assertivas estão incorretas.

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO

21. A licitação, conforme a Lei 8.666/93, nada mais é que o conjunto de procedimentos administrativos (administrativos porque parte da administração pública) para as compras ou serviços contratados pelos governos federal, estadual ou municipal. Referente a esses procedimentos licitatórios assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Em 2002, com o surgimento do Pregão, que é a sexta modalidade, surgiu a Lei 10.520, que rege os pregões, mas quando necessário recorre-se à Lei 8666 para assuntos que a Lei do Pregão não responde.
- b) A Comissão de Licitação é constituída por agentes públicos ou privados que irão conduzir as contratações nas licitações tradicionais e o pregoeiro é quem conduz o pregão com uma equipe de apoio.
- c) Na concorrência para a venda de bens imóveis, a fase de habilitação limitar-se-á à comprovação do recolhimento de quantia correspondente a 10% (dez por cento) da avaliação.
- d) De acordo com o artigo 22, § 9º, é vedada a criação de outras modalidades de licitação ou a

combinação das referidas nesse artigo. A vedação se aplica ao administrador público que não pode criar ou combinar modalidades por mero ato administrativo, e ao legislador de normas específicas, já que não pode contrariar as normas gerais estabelecidas pela União.

- e) O leilão pode ser empregado para alienação de bens móveis até o limite de R\$ 2 milhões (art. 23, II, "b"; c/c Decreto 9.412/2018).

22. Em relação aos princípios orçamentários, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Pode-se identificar como exceção ao princípio da unidade a possibilidade de alteração da lei do orçamento, por meio dos créditos adicionais.
- b) O princípio da anualidade apresenta como exceções a reabertura de créditos adicionais e extraordinários, conforme parágrafo 3º do artigo 67 da Constituição Federal.
- c) No princípio da não afetação de receita, a regra é que a área de orçamento dos entes públicos carece de um amplo espaço para montagem do orçamento, de modo que as destinações de receitas e despesas possam ser efetuadas livremente ano a ano e de conformidade com o levantamento de necessidade.
- d) O princípio da especificação, também denominado como discriminação, se por um lado propicia um maior controle pormenorizado acerca da execução do orçamento, de outro provoca o "engessamento" da aplicação dos recursos financeiros, se for aplicado com muito rigor.
- e) O princípio do equilíbrio usa recursos de operações de crédito como cobertura de déficits.

23. Em relação ao Plano Plurianual (PPA), afirma-se:

- I. O Plano Plurianual 1996-1999 apresentou uma estrutura próxima da determinada pelo texto da Constituição Federal, identificando o seguinte desdobramento lógico: estratégias, diretrizes, objetivos e metas.
- II. O Plano Plurianual do Governo Federal para o período de 2000-2003, denominado "Avança Brasil", apresentou a seguinte estrutura de orientação das ações a serem contempladas nas leis de diretrizes e nas leis de orçamento anual: as diretrizes estratégicas são detalhadas em macro-objetivos, os quais contêm programas que, por sua vez, contemplam ações.
- III. Os programas são resultantes do desdobramento dos macro-objetivos, organizando de forma mais específica um conjunto harmônico de ações, cuja finalidade é concorrer para o atendimento das diretrizes estratégicas.
- IV. Um exemplo do programa contemplado no PPA 2000-2003 do Governo Federal é "Morar melhor", cujo objetivo é universalizar os serviços de saneamento básico, reduzir o déficit habitacional e diminuir a exclusão social.

V. O PPA 2008-2011, do Governo Federal, foi aprovado pela Lei no. 11.642/2008, considerando as seguintes diretrizes da política fiscal: aumento gradual da carga tributária federal, aliada ao ganho de eficiência e combate à evasão na arrecadação e preservação dos resultados fiscais, de forma a reduzir os encargos da dívida pública.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente as afirmativas I e II são verdadeiras.
  - b) Somente as afirmativas I e III são verdadeiras.
  - c) Somente as afirmativas I, II, III e V são verdadeiras.
  - d) Somente as afirmativas II, III, IV e V são verdadeiras.
  - e) Somente as afirmativas II e IV são verdadeiras.
- 24.** De acordo com artigo 40, da Lei 4.320/64, os créditos adicionais são autorizações de despesas não computadas ou insuficientes dotadas na lei do orçamento. Nesse sentido, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- a) Os recursos disponíveis para abertura de crédito adicional podem ser divididos em três grupos, partindo da hipótese da aplicação efetiva do princípio orçamentário do equilíbrio.
  - b) A Constituição Federal, em seu artigo 167, parágrafo terceiro, estabelece, quanto aos créditos extraordinários, que sua abertura somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes.
  - c) A abertura de créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para suportar a despesa e será precedida de exposição justificada.
  - d) A Lei 4.320/64 determina que a autorização para abertura de crédito suplementar, até determinada importância, deverá estar contida na Lei do Orçamento.
  - e) Os recursos disponíveis para abertura de créditos suplementares e especiais poderão ser os provenientes do excesso de arrecadação.
- 25.** O conceito de ingressos de investimentos corresponde a:
- a) despesa orçamentária paga com investimentos e inversões financeiras, incluindo pagamento dos restos a pagar.
  - b) receita orçamentária arrecadada de operações de crédito e refinanciamento da dívida.
  - c) despesa orçamentária paga com amortização e refinanciamento da dívida, incluindo o pagamento de restos a pagar processados e não processados referentes à amortização e refinanciamento da dívida.
  - d) receita orçamentária arrecadada, referente à alienação de ativo não circulante ou de amortização de empréstimos concedidos.
  - e) receita arrecadada corrente de atividades operacionais, divididas em originárias e derivadas.

- 26.** Sendo o Patrimônio Público um conjunto de Bens e Direitos e Obrigações, assinale a alternativa que contém somente Créditos (Diretos):
- a) Caixa, depósitos bancários, desembolsos antecipados, depósitos bancários não creditados.
  - b) Adiantamentos concedidos, desembolsos antecipados, depósitos bancários não creditados.
  - c) Adiantamentos concedidos, desembolsos antecipados, depósitos bancários, mobiliários.
  - d) Participações em empresas, ajustes apurados, resíduos, refugos, depósitos bancários, adiantamentos concedidos.
  - e) Pagamentos efetuados a maior, depósitos bancários, aplicações de liquidez imediata.
- 27.** Com relação ao planejamento e seus instrumentos sob o enfoque contábil, segundo a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao setor público, assinale a opção **CORRETA**:
- a) A adequada evidenciação do patrimônio público e de procedimentos contábeis evidenciados por adequados conceitos e princípios revelam a necessidade de moldar novos conceitos para aperfeiçoamento da Contabilidade Aplicada ao setor público.
  - b) Objetivando dar efetividade à contabilidade aplicada ao setor público como fonte de informação, é preciso concentrar esforços para melhor aplicar estratégias, não sendo necessária integração.
  - c) No plano estratégico, qualquer ente da Federação que deseje conhecer as atividades relacionadas à gestão do Patrimônio deve se organizar sob o aspecto normativo, administrativo e tecnológico.
  - d) É importante reafirmar a condição da Contabilidade aplicada ao setor público como ciência e como seu objeto o patrimônio e orçamento público.
  - e) As boas práticas de governança exigem, no mínimo, estruturas e sistemas informatizados e integrados ao sistema de Planejamento e Controle Patrimonial.
- 28.** Diversos estudos foram desenvolvidos para identificar as causas das despesas públicas. A intervenção do governo na economia se realiza por intermédio das seguintes políticas:
- a) regulatória, fiscal e de monopólio.
  - b) regulatória, monetária e fiscal.
  - c) regulatória, fiscal e de criação do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC).
  - d) regulatória, monetária e de criação do Comitê de Política Monetária (Copom).
  - e) de monopólio e de geração de emprego e renda.

29. As implicações contábeis dos principais fatos típicos determinam as principais transações da Contabilidade Pública, tais como: previsão e arrecadação da receita, emissão do empenho, restos a pagar, cancelamento de dívida. Nesse sentido, dimensione as contas necessárias aos seus registros:
- A inscrição de restos a pagar deverá provocar as seguintes implicações no patrimônio público: registro de uma receita e uma obrigação a ser paga no exercício seguinte.
  - A emissão de empenho da despesa provoca o surgimento de bens, direitos e obrigações; entretanto, o empenho implica a redução da disponibilidade orçamentária.
  - A previsão da receita orçamentária deve ser considerada como um ato administrativo de natureza orçamentária, que provoca apenas o registro nas contas de controle do orçamento da receita.
  - Se a arrecadação for oriunda da venda de bens, deverá ter reflexos também em outra conta de ativo, ou, se for oriunda de empréstimos, será acionada simultaneamente uma conta de créditos que representa um compromisso a pagar.
  - A inscrição de restos a pagar não processados tem validade por dois anos. Após esse período, deve ser cancelada.
30. Da tabela de eventos do SIAFI, em que situação seria utilizado o evento 30.x.xxx?
- Registro de emissão de empenho.
  - Registro de previsão de receita.
  - Pagamento de fornecedores.
  - Registro de assinatura de contratos.
  - Movimentação de crédito orçamentário para uma unidade do mesmo órgão.
31. Assinale a alternativa **CORRETA** a respeito dos aspectos abordados por autores sobre o conceito de orçamento:
- Sob o aspecto político, o orçamento é formado por representantes do povo, que autorizam o gasto público, na medida em que votam a lei orçamentária, levando em conta as necessidades coletivas.
  - Sob o aspecto econômico, relaciona-se à obrigatoriedade de observância da técnica orçamentária, sobretudo em relação à classificação clara, metódica e racional da receita e da despesa.
  - Sob o aspecto técnico, é o instrumento de atuação do Estado no domínio econômico por meio do aumento e/ou redução dos gastos públicos, por exemplo.
  - Em termos Fiscais, abrange a administração das receitas e despesas contidas no orçamento público, assim como dos ativos e passivos do governo.
- e) Na variação cambial, abrange o controle da oferta de moeda, da taxa de juros e do crédito em geral, e tem a finalidade de garantir a estabilidade do poder de compra da moeda.
32. Em relação ao breve histórico do orçamento público, julgue as afirmativas e assinale a alternativa **CORRETA**:
- O art. 12 da Carta Magna, outorgada na Inglaterra pelo Rei João Sem Terra, em 1217, estabelecia: "Nenhum Tributo ou auxílio será instituído no Reino, senão pelo seu conselho comum, exceto com o fim de resgatar a pessoa do Rei, fazer seu primogênito cavaleiro e casar sua filha mais velha uma vez, e os auxílios para esse fim serão razoáveis em seu montante".
  - A partir de 1825, o chanceler do Erário passou a apresentar ao Parlamento uma exposição que fixava a receita e a despesa de cada exercício, sendo considerado o marco do orçamento plenamente desenvolvido na Inglaterra.
  - Na França, a instituição orçamentária surgiu posteriormente à adoção do princípio do consentimento popular do imposto, outorgado pela Revolução de 1791.
  - No Brasil, a discussão orçamentária surge a partir da ocorrência de conflitos originários da insatisfação de segmentos da sociedade com a cobrança de tributos, tendo como evento mais conhecido a Inconfidência Mineira, no século XVII.
  - Com relação aos Estados Unidos, Giacomoni (2010) menciona a sua importância, ao longo do século XIX, no desenvolvimento de técnicas orçamentárias relacionadas à concepção do Orçamento de Desempenho, do Sistema de Planejamento, Programação e Orçamento (PPBS) e do Orçamento Base-Zero.
33. Em relação ao conceito de Receita Pública e sua classificação quanto à Ótica do Resultado Fiscal, assinale a alternativa **CORRETA**:
- Receita Orçamentária Ordinária e Receita Orçamentária Extraordinária.
  - Receitas Compulsórias e Receitas Facultativas.
  - Receitas Derivadas e Receitas Extraordinárias.
  - Receitas Compulsórias e Receitas Não Compulsórias.
  - Receita Orçamentária Financeira e Receita Orçamentária Não Financeira (primária).
34. A despesa orçamentária viabiliza o alcance de resultados das políticas públicas planejadas pelos governos, sendo necessária autorização legal para a sua execução. Em relação à despesa, podemos afirmar que:
- o orçamento, mais do que fixar os valores das despesas, aponta o que, onde e em que quantidade o cidadão e a sociedade receberão os bens e serviços oferecidos pelo Estado em retribuição aos tributos pagos, ofertados em áreas que afetam a vida de todos.

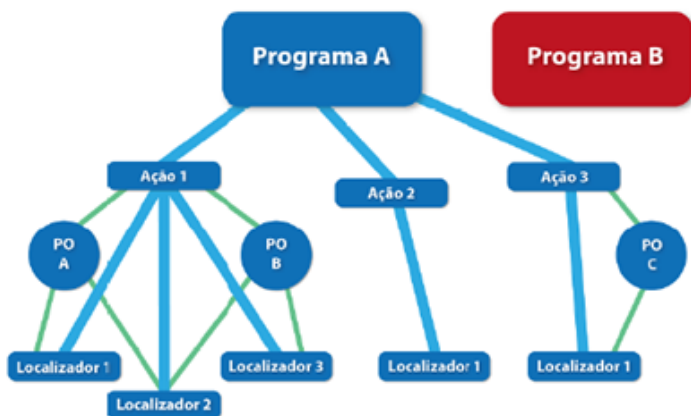


- II. como exemplo de despesas discricionárias, podemos citar as transferências constitucionais a Estados e Municípios, os benefícios previdenciários e assistenciais e as despesas com pessoal.
- III. as despesas em que o Governo pode escolher quando e onde vai aplicar os recursos arrecadados são chamadas de obrigatórias.
- IV. as despesas orçamentárias devem estar previstas na Constituição, leis ou atos administrativos e necessitam de autorização legislativa para a sua realização, por meio da Lei Orçamentária Anual ou de créditos adicionais.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente as afirmativas I e II estão incorretas.
- b) Somente as afirmativas I e III estão incorretas.
- c) Somente as afirmativas I e IV estão incorretas.
- d) Somente as afirmativas II e III estão incorretas.
- e) Somente as afirmativas II e IV estão incorretas.

35. A lei do Plano Plurianual – PPA, de 2016-2019, foi elaborada com base nas diretrizes do Governo. Para viabilizar, foi adotada a seguinte estrutura programática:



Considere as seguintes afirmativas:

- I. Considerando as especificidades das ações orçamentárias de governo existentes, a padronização pode ser de três tipos: setorial, multissetorial e da união.
- II. Em termos qualitativos, os Planos Orçamentários (POs) serão vinculados aos localizadores de gasto da ação. Dessa forma, só podem receber meta física e previsão financeira, bem como ter sua execução acompanhada, quando associados a um localizador de gasto.
- III. Em termos quantitativos, os POs estão relacionados a uma ação orçamentária; considerando a esfera, a unidade orçamentária, a função, a subfunção e o programa.
- IV. O programa é um módulo comum integrador entre o plano e o orçamento. No PPA 2016-2019, os programas são classificados em duas categorias: os Programas Temáticos são instrumentos do plano que classificam um

conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental; os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado retratam, no Plano Plurianual, a agenda de governo organizada pelos temas das políticas públicas e orientam a ação governamental.

- V. A organização das ações do Governo na forma de programas visa proporcionar maior racionalidade e eficiência na administração pública, ampliar a visibilidade dos resultados e benefícios gerados para a sociedade, bem como elevar a transparência na aplicação dos recursos públicos.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente as afirmativas I e V são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas I, III e IV são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas I, III e V são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas II, III e IV são verdadeiras.
- e) Somente as afirmativas II, III e V são verdadeiras.

36. A classe de eventos do SIAFI é representada pelos dois primeiros dígitos do código de eventos, que são responsáveis pelo agrupamento dos fatos contábeis de mesma natureza. Nesse sentido, indique a classe da Tabela de eventos utilizada no registro de apropriação de Direitos:

- a) 70.x.xxx
- b) 61.x.xxx
- c) 58.x.xxx
- d) 56.x.xxx
- e) 55.x.xxx

37. O empenho configura-se como o ato que reserva um determinado montante da dotação orçamentária autorizada na LOA para a realização de despesa específica. Nesse sentido, julgue as questões a seguir e assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos.
- b) Um determinado órgão público, ao adquirir um equipamento de informática, por meio do registro de preço, terá um empenho ordinário.
- c) A numeração do empenho, de seus reforços e de suas anulações será múltipla e em ordem sequencial, crescente e por exercício.
- d) Quanto à possibilidade de anulação de empenhos, caso haja necessidade, estes deverão ser anulados no decorrer do exercício, parcialmente, quando seu valor excede o montante da despesa realizada.
- e) O valor do empenho anulado reverte-se à dotação, tornando-a novamente disponível para ser empenhada em outra despesa.

38. Sobre o Sistema Orçamentário Brasileiro, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A cada exercício financeiro, a LOA busca compatibilizar a LDO com as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública estabelecidos no PPA.
- O papel dos vereadores no ciclo orçamentário foi ampliado, indo além da mera estimativa de receitas e autorização de despesas. Eles passam a participar da condução das finanças públicas, na medida em que orientam a elaboração da proposta orçamentária.
- O PPA, com vigência de quatro anos, tem como função estabelecer as diretrizes, objetivos e metas de curto prazo da administração pública.
- O orçamento de investimento configura o orçamento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a totalidade do capital social com direito a voto. Abrange apenas os investimentos das empresas estatais.
- O Orçamento Fiscal, considerado o principal por sua abrangência e dimensão, refere-se aos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário, quando houver), seus fundos, órgãos e somente às entidades da administração direta.

39. Em relação à Lei das Diretrizes Orçamentárias – LDO, assinale a alternativa **CORRETA**:

- De acordo com o art. 7º da Lei Complementar nº 95, o primeiro artigo de uma lei deve indicar o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, ou seja, deve indicar o assunto, a matéria que a lei se presta a regular, além dos órgãos, instituições e entidades que ficam sujeitos aos ditames desta lei.
- As Leis Orçamentárias, apesar de terem suas especificidades como assunto delimitado, prazos para envio e aprovação e vigência, devem seguir as normas que regulam o trâmite executivo como qualquer outro projeto de lei.
- No capítulo “Disposições Preliminares” da LDO, deve-se estender o assunto a ser abordado pela LDO, além de identificar o embasamento legal e definir o âmbito de aplicação, ou seja, a quem se aplica.
- A Receita do governo deve ser acompanhada de suas prioridades, ou seja, o que se espera alcançar ao realizar este gasto.
- O termo “metas da administração pública” se refere aos objetivos que se espera obter com os bens e serviços ofertados à sociedade.

40. Considere as seguintes afirmativas sobre os instrumentos orçamentários:

- É a LOA que autoriza os gastos. Se a LOA não for aprovada, os gastos não podem ser realizados.
- A LDO deve ter uma seção para tratar da estrutura e organização da LOA. Na LDO federal, a maior parte dos dispositivos se dedica a orientar a organização e estruturação do projeto de LOA.

III. A portaria interministerial da STN/SOF, nº 163, de 2001, e atualizações posteriores, trata da classificação da receita, da classificação da despesa e estabelece regras para alocação de créditos orçamentários na LOA e regras para a classificação da reserva de contingência.

IV. Para orientar a elaboração da LOA, a LDO muitas vezes aborda temas com características de perenidade, ou seja, temas frequentes e contínuos, que no futuro integrarão a lei complementar prevista no art. 165, §9º, da Constituição Federal.

V. A LDO federal de 2016 é bem extensa ao tratar dos aspectos relacionados à LOA. São mais de cinquenta artigos para discorrer sobre esse assunto.

Assinale a alternativa correta:

- Somente as afirmativas I, II, III e IV são verdadeiras.
- Somente as afirmativas I e V são verdadeiras.
- Somente as afirmativas II, III, IV e V são verdadeiras.
- Somente as afirmativas IV e V são verdadeiras.
- Todas as afirmativas são verdadeiras.

41. Considere as seguintes afirmativas em relação ao Plano de Contas aplicado ao setor Público - PCASP e às informações de natureza patrimonial:

- Um dos aspectos da PCASP é a segregação das contas de natureza patrimonial em financeiras e permanentes, atendendo à exigência da Lei 4.320/64.
- A estrutura dos grupos das classes 3 e 4 está organizada levando em consideração a concepção da contabilidade patrimonial.
- Como recomenda o regime de competência, as receitas (variações patrimoniais aumentativas) são reconhecidas quando ocorrem fatos permutativos e aumento do patrimônio.
- Uma peculiaridade do PCASP é o conjunto de contas que guarda informação de natureza patrimonial, a fim de atender às exigências da Lei 4.320, art. 29.

Assinale a alternativa correta:

- Somente as afirmativas I e II são verdadeiras.
- Somente as afirmativas II e III são verdadeiras.
- Somente as afirmativas II, III e IV são verdadeiras.
- Somente as afirmativas III e IV são verdadeiras.
- Todas as afirmativas são verdadeiras.

42. O Balanço Patrimonial e a Lei 4.320/64 destacam os ativos e os passivos. Em relação a esse assunto, assinale a alternativa **CORRETA**:

- Em relação ao passivo financeiro, cujo conteúdo compreende entre outros a dívida flutuante, deve-se destacar o entendimento no sentido de que ele é composto dos compromissos exigíveis, cujo pagamento depende de autorização orçamentária.

- b) Poucos são os créditos a receber que podem ser enquadrados no conceito de ativo financeiro para fins didáticos. É necessário empregar o método de exclusão para se conhecer o conceito de créditos e valores financeiros.
- c) Os compromissos financeiros podem ser segregados em três grupos: compromissos oriundos da execução da despesa orçamentária, compromissos decorrentes das entradas compensatórias e compromissos que compõem o passivo permanente.
- d) Uma vez empenhadas, as dívidas originalmente classificadas como passivo financeiro devem ser reclassificadas como passivo permanente, em razão do seu pagamento depender de autorização orçamentária, previsto no parágrafo segundo do art. 105, da lei 4.320/64.
- e) No sentido da extracompreensão do ativo financeiro e passivo financeiro, deve-se levar em consideração o possível déficit financeiro, de modo a evitar a inclusão de dívidas financeiras no passivo permanente.
- 43.** A despesa de pessoal é um dos principais itens da despesa do setor público. Nesse contexto, assinale a alternativa **CORRETA**:
- a) Além do dever de se planejar e avaliar o impacto da despesa com pessoal, a LRF limita essa despesa em relação à Receita Corrente Líquida (RCL), estabelecendo o limite global de 40% para Municípios.
- b) Para os Municípios, que não têm Poder Judiciário e Ministério Público, o limite do Poder Executivo Municipal para despesa com pessoal é de 64% da RCL, e do Poder Legislativo, 4%.
- c) O pagamento de pessoal é uma despesa de caráter continuado. Um grande problema dessa despesa é sua rigidez, em virtude da estabilidade no cargo gozada pelos servidores públicos.
- d) Caso o ente ultrapasse os limites impostos pela LRF (80% da RCL), deverá adotar providências para redução dessas despesas, aplicando, inclusive, os procedimentos de ajustes previstos na Constituição Federal, art. 169, § 3º.
- e) Outro ponto importante é a delegação da LOA à LDO para calcular os limites orçamentários com pessoal, quantificar a criação e o provimento de cargos, funções e empregos, além da especificação dos aumentos.
- 44.** As transferências de recursos dizem respeito a todo e qualquer repasse de dinheiro que o governo faz a terceiros, bem como a outros entes da federação, a pessoas jurídicas da iniciativa privada, a organismos internacionais e a fundos. A esse respeito, assinale a alternativa **CORRETA**:
- a) As transferências legais são repasses de recursos regulamentados em leis ordinárias. Essas leis determinam a forma de habilitação, transferência, aplicação de recursos e prestação de contas.
- b) As transferências obrigatórias são entregas de recursos correntes ou de capital advindo de outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional ou legal ou se destine ao Sistema Único de Saúde – SUS.
- c) A Lei 4.320/64 determina a legalidade da utilização dos recursos transferidos para finalidade diversa da pactuada.
- d) As transferências constitucionais correspondem a parcelas de recursos arrecadados por um ente e repassado a outro ente por força de mandamento estabelecido em dispositivo da Constituição.
- e) Uma das exigências previstas na LDO federal de 2014, para repasse de transferências voluntárias, é a previsão de contrapartida na lei orçamentária do Município beneficiário.
- 45.** Conforme estabelecido na Lei 8.666/93, referente a obras e serviços, é **CORRETO** afirmar que:
- a) o artigo 23, § 2º, explica que, na execução de obras e serviços e nas compras de bens, fracionadas nos termos do parágrafo anterior, a cada etapa ou conjunto de etapas da obra, serviço ou compra, há de corresponder licitação distinta, preservada a modalidade pertinente para a execução do objeto em licitação.
- b) o objetivo do art. 23, § 5º, é permitir que empresas menores, que não teriam capacidade de fornecer a totalidade da quantidade licitada, possam apresentar propostas para uma quantidade menor, ampliando, assim, o número de licitantes. Consequentemente, uma licitação poderá ter vários vencedores para o mesmo item, com preços distintos.
- c) não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação, ou da execução da obra ou serviço e de fornecimento de bens a eles necessários, o autor do projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica.
- d) no caso de consórcios públicos, os valores das modalidades serão o dobro, se o consórcio for formado por até quatro entes da Federação e o triplo se for formado por maior número.
- e) o art. 25, II, combinado com art. 13, VII, determina que a licitação é inexigível; a contratação deve envolver uma “natureza singular” e o profissional deve ter “notória especialização”. Não se exige, expressamente, a “autenticidade” e a compatibilidade com a finalidade do órgão ou entidade.



REALIZAÇÃO E EXECUÇÃO  
COMPEC/UFAM